

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“A mídia tem lado e não é o lado dos oprimidos. E isso, para mim, é um desrespeito ao contraditório”

EDNA CALABREZ MARTINS

Enfrentamento da invisibilidade das mulheres

Isabella Mariano¹

Edna Calabrez Martins nasceu em 19 de maio de 1965, é capixaba, natural de Cachoeiro de Itapemirim, interior do Espírito Santo – um dos estados com os maiores índices de feminicídio do Brasil. Ela é militante dos movimentos feminista e popular há mais de 30 anos e é, hoje, uma das representantes do Fórum de Mulheres do Estado – instância que anualmente realiza, entre outras, ações em referência ao dia 8 de março, bem como está presente nos conselhos estaduais e dá apoio a mulheres vítimas de violência. Ela também faz parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Cedimes), do qual foi presidente durante os anos de 2014 e 2015. Edna é ainda funcionária do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Serviços Similares no Estado do Espírito Santo (SINDILIMPE-ES), filiado à Central Única de Trabalhadores (CUT) e também integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

¹ Jornalista e mestranda em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em sua pesquisa, estuda as relações entre gênero e mídia e, mais especificamente, o discurso sobre a violência contra a mulher. E-mail: isabellasfm@gmail.com

Para começar, Edna, gostaria que você me contasse um pouco sobre a sua trajetória de militância no movimento de mulheres do Espírito Santo. Como foi que essa história começou para você?

Eu começo a militar na década de 80, a partir do processo de redemocratização do Brasil, no movimento estudantil, ainda de forma clandestina. Ainda estávamos em processo de reorganização do movimento social e eu era secundarista ainda. Na época, o movimento estudantil tinha uma característica mais ampla, porque ele discutia a situação da escola, da educação, mas ao mesmo tempo lutava no movimento geral pela volta da democracia, pela reorganização das entidades. Estávamos ali ajudando a organizar associações de moradores, sindicatos e também junto ao movimento reivindicatório do povo, como na luta das Diretas Já.

Em Cachoeiro de Itapemirim, éramos orientados pela entidade nacional União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e participávamos de tudo. Nesse movimento, eu conheci o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que não era legalizado ainda e tinha uma atuação dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E também militava na União da Juventude Socialista (UJS), que no movimento estudantil, à época se chamava VirAção.

Em 1984, convidaram as meninas do movimento estudantil para participar de uma atividade no Centro Integrado da Mulher (CIM) em Vitória. Foi uma marcha que reuniu quase 2 mil mulheres para reivindicar que o estado tivesse ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ela aconteceu muito amparada em um movimento nacional pelo fim da violência contra a mulher. Era a campanha “Quem ama não mata, não humilha, não maltrata”. E uma das reivindicações desse movimento era a criação de delegacias para mulheres, de conselhos; que tivéssemos políticas públicas para enfrentar. Eu lembro que, naquela época, eu não compreendia ainda bem a luta das mulheres. Mas eu pensei que quando eu saísse do movimento estudantil, eu iria militar na luta das mulheres.

Vim morar em Vitória com meu companheiro em 1985. Aqui, fiquei um tempo no movimento estudantil, mas depois saí. Mesmo assim acompanhava muita coisa, mas me foquei mais na organização da juventude. Comecei me dedicar muito à organização do PCdoB. Fui da direção estadual, da municipal. E também participava, como disse, dos movimentos de massa. Em 1989, não queria mais militar na juventude, porque a idade foi chegando e eu já era mãe nessa época. Então, conversei com os companheiros dizendo que queria militar em alguma coisa que tivesse relação com as mulheres.

Foi aí que me indicaram para fazer um curso sobre feminismo e a luta das mulheres em São Paulo. Eu fiquei dias lá, estudando toda essa perspectiva de construção da luta das mulheres, da teoria crítica e a relação dessa luta com o socialismo. Ao voltar, fiquei com a tarefa de organizar um pouco a luta das mulheres. Porque tinha essa ligação, que hoje os partidos perderam muito, de

que ao mesmo tempo em que se tinha uma militância partidária, tinha uma militância na base, junto do povo.

Por isso, eu comecei a procurar os grupos de mulheres que se organizavam. Nessa época, descobri as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que organizavam as mulheres para poder lutar por questões relacionadas à moradia e às condições de vida em seus bairros. O que acontecia era que os grandes projetos de desenvolvimento como a Vale e a CST estavam se instalando na região metropolitana e, por isso, muita gente de fora estava vindo pra cá e indo para os bairros de periferia. A igreja, através das comunidades eclesiais de base, começou a organizar essas mulheres para reivindicar calçamento, unidades básicas de saúde, saneamento. E eu passei a me relacionar com esses grupos também.

Ainda em 89, eu conheci a Gilsa Helena Barcellos, hoje professora da UFES. Ela era vereadora em Vitória pelo Partido dos Trabalhadores (PT). E nós fomos procuradas, porque morreu Maria Cândida Teixeira e a tia dela era advogada, e conhecia Gilsa. E ela foi assassinada pelo marido, num prédio ali no Parque Moscoso, segurando a filha dela de 4 anos na mão. A tia dela queria punição, porque o rapaz era filho de um oficial de justiça, então havia a perspectiva de impunidade. Foi aí que nós, juntas, começamos a organizar a retomada dessa discussão sobre violência contra a mulher. Fizemos diversas atividades, retomamos um pouco a história lá de 84. Já que o CIM acabou conquistando, com aquela manifestação, a criação do Conselho da Mulher Capixaba, em 1986, e a primeira Delegacia de Mulheres de Vitória, que foi inaugurada logo depois. Só que depois o CIM acabou se desestruturando, então ficou a política, mas não teve mais organização das mulheres. O que havia de organização estava nas comunidades eclesiais de base. Muitos dos avanços em termos de política pública no que se refere à moradia, a atenção a saúde, a melhoria da infraestrutura dos bairros, à acessibilidade, está relacionado a essas mulheres.

Mas não existia a discussão de feminismo nesses grupos. Eu já tinha estudado sobre isso, só que não se podia falar, porque era muito estereotipado, tinha muita rejeição. Tanto que elas falavam que se tratava de um movimento de mulheres e não feminista. Elas se organizavam nos bairros da Grande Vitória e falavam também de direitos, mas tudo muito sem embasamento teórico.

A partir daí, nós começamos a organizar os eventos do 8 de Março também, quando juntávamos todo mundo e íamos pra rua. Isso em meados de 1990. E a questão da morte da Maria Cândida fez com que a gente ficasse até 1991 discutindo a violência contra a mulher com o governo do Estado. Já tinha um movimento nacional maior de quem a gente foi pegando orientações sobre como debater a questão. E uma das nossas tarefas era solicitar a criação de delegacias de mulheres no Estado. Hoje, nós temos 11 delegacias de mulheres e essa conquista foi fruto da luta das mulheres.

Em 1992, a gente organizou o Fórum de Mulheres do Espírito Santo com o objetivo de reunir todas as organizações que a gente tinha aqui. Porque víamos que cada organização tinha seus princípios e área de atuação, mas precisávamos de uma entidade que reunisse todo mundo e

discutisse algo que fosse comum a todas, na perspectiva da luta. E um dos assuntos comuns era a violência contra a mulher. Durante muito tempo, e até hoje, o foco do fórum foi fazer um enfrentamento e discutir com o Estado políticas públicas sobre violência contra a mulher. Fomos organizando articulações nacionais, vimos que o Conselho Estadual era um instrumento para monitorar políticas públicas.

Continuei militante um tempo no PCdoB, depois saí e hoje não tenho mais militância partidária. Fui vendo a dificuldade de militância dentro do partido, porque as relações de poder são muito hierárquicas. As mulheres têm muita dificuldade. Os partidos não investem na formação das mulheres, não dão espaço e aí isso foi me desanimando.

Participei de todo o processo de redemocratização no Brasil e muitas vezes na clandestinidade, mesmo já estando no período de transição. Porque a gente não sabia como seria essa transição, tanto que em 1979 houve a morte do Herzog. Tinha muita greve geral e, em algumas, corríamos da polícia. Não muito diferente em relação à hoje, só que naquela época eles estavam amparados em uma realidade ditatorial mesmo.

Com a criação do Fórum, começamos a ter uma relação maior com as mulheres camponesas através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fui diversas vezes colaborar na organização das mulheres do MST e era uma dificuldade, porque a visão do MST na época da década de 1990 era que a luta pela emancipação das mulheres era uma luta que atrapalhava a discussão da luta de classes. Eles não conseguiam enxergar a realidade das opressões, que as opressões incidem sobre a exploração. E nós fomos lutando por dentro para modificar essa visão e mostrar que as questões de gênero e de raça estruturam o sistema de exploração.

Fomos fazendo esse trabalho de base e de enfrentamento à violência e, ao mesmo tempo, procurando conhecer a realidade do Espírito Santo, discutindo desenvolvimento, justiça socioambiental, elaborando pautas de reivindicações para o governo, aprendendo o que é política pública, gestão pública e seus meandros. Foi um momento de aprendizado também. E estou até hoje nessa luta pela emancipação do nosso povo e das mulheres. São 36 anos.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade, especialmente no Espírito Santo, com uma das maiores taxas de feminicídio do país? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu acho que o movimento feminista, em especial aqui no Brasil, precisa existir porque há ainda uma situação real de opressão e de exploração das mulheres. E isso com a grande diversidade que nós somos, porque não dá para falar em uma única mulher, são várias mulheres. Algumas sofrem um grau menor de exploração e outras muito maiores. Algumas de nós somos até privilegiadas em algum sentido e precisamos assumir que temos privilégios e buscar o foco do que queremos transformar essa realidade.

Não dá para ver a luta das mulheres como uma coisa isolada da sociedade. Os sistemas político, econômico, social e cultural incidem sobre a nossa vida. Mas existem especificidades, existem questões que a gente precisa trabalhar com as mulheres. No nosso caso, precisamos desconstruir o sistema patriarcal que está aí. E que é muito utilizado pelo sistema econômico de exploração. Ele se firma no patriarcado para nos manter em processo de submissão e de manutenção do nosso papel de mulher nessa sociedade, que é o papel de cuidar das pessoas humanas. E isso incide, lógico, sobre o sistema de exploração.

Têm-se um sistema de produção que gera exploração, temos também quem mantenha os trabalhadores nesse sistema de exploração para que eles sejam explorados com mais facilidade. Então, por exemplo, a nossa responsabilidade do cuidado é totalmente desvalorizada, não é reconhecida enquanto trabalho, é um fardo muito pesado. Nossa jornada de trabalho é sempre muito mais extensa do que a do homem.

Eu vejo que há especificidades, por isso a gente tem que trabalhar com as mulheres no sentido de desnaturalizar esse papel, de mostrar para elas que elas podem ser sujeitos de si, já que uma coisa que perdemos com o patriarcado é o domínio da nossa vida, do nosso corpo, perdemos nas relações de poder. Fomos perdendo ao longo da história humana a vivência igualitária, então precisamos tratar isso com as mulheres e com os homens. Mas isso é difícil de debater com as mulheres, porque há muitas construções de mitos, de estereótipos, de conceitos, de concepções. E como discutir isso? Não pode ser de forma violenta. Temos que ter estratégias e quem constrói essas estratégias é o movimento.

Não adianta só se dizer feminista. Hoje vemos muitas mulheres se assumindo feminista, mas como que se luta para transformar a realidade? Só através de uma organização. Então, é preciso estar no movimento feminista, para construir a estratégia orgânica de como transformar essa realidade, porque o que transforma é a luta. A teoria crítica é importante para explicar todos esses processos e fenômenos, mas por si só ela não consegue dar conta de transformar nada. A gente precisa da prática política e a prática política se coloca na luta cotidiana do movimento. É olhar esse nosso mundo a partir do capitalismo, do patriarcado, do racismo e da heteronormatividade, de como a exploração e as opressões incidem nas relações sociais.

Nós conquistamos muitos direitos nos últimos 200 anos no mundo, mas eu sempre digo que nós derrubamos as paredes, só que o alicerce do sistema de opressão ainda está aí. Porque nós não transformamos radicalmente a vida das mulheres para elas serem autônomas, emancipadas, para que decidam sobre seu corpo e sua vida. Olha a discussão do aborto, por exemplo, que polêmica que é! Há ainda um domínio muito grande sobre o nosso corpo. Nós somos responsáveis pela vida reprodutiva e se a gente resolve romper com essa realidade, como que se vai manter a propriedade privada?

Nós não queremos acabar com a família, o que queremos é transformar essa realidade, porque na relação familiar há um sistema de opressão. E a família dos trabalhadores se espelhou na

família burguesa, só que os trabalhadores não têm propriedade. O que eles têm é a força de trabalho. O molde, porém, foi a família burguesa, por isso seguem as normas, os valores e as tradições que a burguesia foi colocando para o funcionamento da vida em família. Discutir isso com os trabalhadores e trabalhadoras é muito difícil, com as mulheres principalmente. E isso é um grande problema, porque discutir a opressão das mulheres significa ter que mexer num âmbito privado.

Tem certas coisas que conseguimos discutir com facilidade, mesmo que tenha alguma rejeição, mas outras coisas não. Por exemplo, a questão do direito de decidir sobre seu corpo e sua sexualidade nós vamos demorar muito a mudar, porque isso resguarda a propriedade privada. Nós continuamos posse, objeto.

Algumas igrejas, por exemplo, topam discutir orientação sexual, ainda que haja muito conservadorismo aí. Mas vai falar sobre legalização do aborto. E tudo isso incide sobre o processo de exploração. Se a gente desconstrói a perspectiva de que a família é uma unidade econômica, como que o capitalismo vai manter sua exploração?

Para a gente transformar essa realidade, tem que ser um movimento geral e específico, *pari passu*. Não dá para isolar a luta das mulheres da luta geral. Porque ao mesmo tempo em que a gente tem que tratar com as mulheres diversas questões específicas da vida dela, dessa naturalização da sua responsabilidade nesse mundo, a gente também tem que estar na luta geral pela emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, porque ela está nesse mundo, não vive isolada.

A reforma da previdência é um exemplo. É uma luta geral, pela manutenção do sistema previdenciário. Mas existem as especificidades das mulheres e isso precisa ser colocado. Na Greve Geral do dia 28 de abril, eu ouvi muito pouco sobre essas questões específicas das mulheres. Quem foi falar? O movimento de mulheres ou as mulheres do campo? Não se fala onde será o maior impacto. E o nosso papel também é trazer esse debate. O maior impacto vai ser nas mulheres, nas mulheres do campo, nas mulheres negras. Temos que apontar. Se as mulheres não colocarem, não serão os homens que vão colocar.

Ainda se tem muita invisibilidade sobre a questão da jornada de trabalho das mulheres, porque o trabalho doméstico não é considerado trabalho. Então, quando a gente utiliza o argumento de que temos uma dupla ou tripla jornada isso é desvalorizado no discurso. Porque vêem que é a nossa responsabilidade, a de cuidar. Tem um dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que nós mulheres trabalhamos, em média, 7,5 horas a mais que os homens. Se você coloca esse dado o povo fica meio assim, como se você estivesse falando algo irreal e não é. Está na vida das mulheres.

Nós temos, no Brasil, segundo dados de 2014, 39,8% de mulheres chefes de família, isto é, mulheres que são responsáveis tanto pelo cuidado, quanto pelo provimento. Aí imagina essa mulher que tem que dar conta de duas responsabilidades e ainda não ter dinheiro para ter acesso

à previdência. Então, eu acho que não há como buscar a transformação fora dessa luta geral. E não tem uma luta mais importante que a outra.

Por exemplo, o movimento sindical, que fala da realidade dos trabalhadores. Mas nesses trabalhadores tem sexo, tem raça, tem orientação sexual, então a gente vê que as opressões incidem muito no processo de exploração. Só que, no geral, isso é invisibilizado.

O que vai acontecer: na roça, as mulheres ainda não são consideradas produtoras, mesmo sendo sujeito em todos os processos de produção. Se na cidade a responsabilidade do cuidado tem como parâmetro o cuidado da casa e das pessoas humanas, na roça o cuidado se dá também na produção de subsistência. Então, a horta, as galinhas, os porcos, as vacas, o leite, ovos, tudo isso é responsabilidade da mulher para cuidar. Isso é para a subsistência da família. Ela, além de cuidar da casa, lavar, passar, tem mais esse trabalho. E isso é geralmente muito desvalorizado. Quando qualquer coisa dessas é valorizada é porque passou para o homem no processo de produção.

Além de fazer tudo isso, a mulher vai para a grande produção. No Espírito Santo, com a monocultura, geralmente a produção é de café. E essa produção fica um pouco mais distante de casa, no território camponês. Mas a mulher também vai lá. Ela conhece a terra, sabe quando tem que plantar, sabe como tratar, acompanha todo crescimento da planta, poda, colhe; mas na hora de fazer a venda da produção quem faz é o homem. E quem fica com o dinheiro, resultado da produção, é o homem. Ela não tem acesso a esse dinheiro. Tanto que a fala de quem trabalha com agricultura é sempre sobre “o homem do campo”. A mulher é sempre invisibilizada nessa realidade.

Então, quem detém o controle financeiro da produção é o homem. Quando a mulher tem algum dinheiro é porque o excesso dessa produção de subsistência fica com ela, aí vende. Ou então ela faz crochê e vende na região, ou vende produtos de beleza sem direitos sociais. Mas esse dinheiro é muito pouco, por exemplo, para ela pagar 25 anos de INSS. Hoje esse valor é de 11% do salário mínimo, o que daria cento e tantos reais. Ela não tem esse valor todo mês. Olha que situação específica e que precisa ser debatida. Porque ao discutir essa realidade vamos ~~vai~~ discutir a questão da produção, da responsabilidade do cuidado, do papel dela nessa sociedade.

As mulheres têm se organizado como movimento e executado não só ações de protesto como marchas e greves, mas também eventos e criação de coletivos. Para você, como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa brasileira? Há diferenças entre os veículos nacionais e capixabas, por exemplo? Cite exemplos.

Eu acho que nós temos esse *boom* hoje por causa das mídias sociais, não por conta da imprensa em si. Raramente, conseguimos discutir em jornais, em rádios, as questões relativas às mulheres. Nós tivemos um pouco de debate sobre a cultura do estupro. Mas eu acho também que fazem um debate por um viés que mantém a culpabilização das mulheres e numa situação de muita

invisibilidade ainda. Quando a gente consegue dialogar com a imprensa é muito esquematizado, dentro do que eles querem.

E, em outras vezes, a gente fala muito da situação, porque conhece a realidade, vivencia, está com as mulheres, e é como se estivéssemos dando o caminho, as explicações para eles, mas eles seguem o roteiro deles, não estão nem aí. Tem alguns órgãos de comunicação que eu nem dou entrevista mais, porque você fala, você coloca e eles não publicam, não há perspectiva do contraditório. Porque a gente sabe, a mídia tem lado e não é o lado dos oprimidos. E isso, para mim, é um desrespeito ao contraditório.

Eu acho que a mídia no geral mantém todo o processo de opressão das mulheres, porque ela faz parte dessa estrutura de exploração e opressão. Então, conseguir falar alguma coisa em relação às mulheres é extremamente hierárquico e machista. E as próprias mulheres que trabalham nos jornais estão nesse processo.

Quando teve esse *boom* da cultura do estupro, um jornal daqui fez um debate sobre o assunto e eu fui lá para ouvir. Fizeram um caderno especial e duas jornalistas que escreveram. Elas relataram a dificuldade que tiveram para obter as informações, para discutir. Mas na própria matéria não teve a visão do movimento feminista. É uma invisibilidade muito grande.

Do ponto de vista da manutenção da exploração e das opressões, a imprensa é instrumento. As redes sociais quebram um pouco isso hoje, mas a imprensa, escrita e falada mantém porque é a sua forma de sobrevivência. Temos na imprensa a mercantilização do corpo, reafirmação de estereótipos, com manchetes horrorosas. Por exemplo, nos casos de feminicídio, eles nunca vão a fundo. É sempre uma matéria colaborando no sentido de culpabilizar as mulheres.

Na grande maioria dos casos de feminicídio, as mulheres são culpadas de traição. Todos os assassinos, no geral, falam da traição. Quando perguntam o que aconteceu, eles dizem "ah, ela me traiu". Eles já dizem que foi por isso. Os jornalistas não vão pesquisar se realmente foi isso, se ela já sofria violência ou não. Vira verdade absoluta. Eles corroboram com o assassino, na perspectiva de que a vítima vire ré. Há uma reafirmação da mídia do nosso papel, do que é traçado pelo patriarcado. Todos os dias eles reafirmam isso. Faz parte, eu acho do papel deles. E a gente não consegue romper essa barreira.

Você acha que a imprensa contribui de alguma maneira para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais, mais precisamente do movimento feminista?

Eu acho que sim. Primeiro porque invisibiliza. Nós não existimos enquanto movimento que luta, que está ali e conhece a realidade. E quando é ouvido, não aparece. Isso é real. Nas ações do 8 de Março, a gente consegue no máximo uma notinha. Só quando a gente faz um estardalhaço que

aí temos espaço. De certa maneira, a imprensa foi assumindo um discurso que reconhece as conquistas das mulheres enquanto pretensa liberdade, reconhece o acesso ao mundo público, mas questiona em partes essas conquistas quando não pode transformá-las em objeto de consumo. Ou seja, ela nunca é vista como sujeito das suas decisões e ações, mas como um elemento da sociedade capitalista.

Antigamente, a imprensa se referia às questões da mulher como "feminina" ou "a luta das mulheres" ou "pelo direito das mulheres". Feminismo não aparecia de jeito nenhum, a não ser em matérias de revista, em cadernos especiais, algo mais focado na luta feminista. E ainda hoje, na grande mídia, temos muita dificuldade de tratar do movimento feminista. Porque ele é o contraditório dessa situação toda de opressão e exploração. Vão visibilizar o contraditório? Não, porque querem manter essa condição, esse sistema.

No caso da violência contra a mulher, tem sido muito constante eles perguntarem ao final se a gente conhece alguma vítima que conseguiu sair disso. É impressionante. Porque eles não têm os contatos e eles sabem que a gente tem. Antes de perceber essa situação frequente, a gente passava os contatos. Depois decidimos não passar mais. Porque não interessa o que falamos. Eles querem um caso para colocar no jornal, e depois na matéria fazem uma elaboração do discurso extremamente genérica, sem aprofundar nada, sem questionar nada.

Muitas vezes a nossa fala vai contra a ação governamental. E sabemos que a nossa imprensa vive muito em função do recurso de publicidade, que é muito dinheiro. Mas nós fazemos o contraditório, nós questionamos o porquê de as mulheres estarem morrendo. Uma das contradições está nas políticas públicas, já que não temos políticas públicas que enfrentem essa realidade de forma eficaz.

Quando acontecem eventos como a Marcha das Vadias, geralmente o discurso é mais voltado para a culpabilização e para reforçar a discriminação do que para ouvir quais as reivindicações das mulheres. A própria negação do direito das mulheres de mostrarem o seu corpo é um exemplo disso. Eles não dizem que as mulheres são putas, vagabundas, mas constroem um discurso subjetivo que leva o leitor a pensar isso. Nos casos de feminicídio também é essa realidade. Eles vão procurando desconstruir a culpa do criminoso naquele cenário. Como se ele tivesse razão em ter feito aquilo.

Ainda nesse assunto, uma das pautas do movimento de mulheres é justamente tentar quebrar alguns estereótipos que estão colocados há anos, como o da mulher que nasceu para ser mãe e cuidar da casa. Você acha que a imprensa brasileira mais reforça ou mais desconstrói esse padrão de ser mulher com suas abordagens? Explique

Nas notícias, procuram sempre um caminho que reafirma a situação de opressão que temos que vivenciar. Então, às vezes você vê uma matéria sobre maternidade e está lá a reafirmação do mito da maternidade. Um dia, um jornal daqui do estado me ligou, porque queria falar sobre as mulheres que deixaram seu trabalho para cuidar dos filhos. E queria saber o que eu achava disso. Eu respondi afirmando o princípio feminista de que nós achamos que a mulher tem que decidir sobre sua vida, tudo bem. Mas eu quis colocar uma questão. Que mulheres são essas? Qual a condição econômica dessas mulheres? Essas podem até ter escolha, mas tem uma condição econômica que as sustentam nessa escolha.

E eu disse para a repórter que essas mulheres têm condições de fazer escolhas, mas e as outras mulheres que não têm essas condições? Que às vezes queriam poder ficar em casa só cuidando dos filhos? Porque a gente sempre fala que quer desconstruir a relação de obrigação e isso não quer dizer que a mulher não possa escolher cuidar. Às vezes, a mulher queria ter a condição de fazer essa escolha, mas ela não pode. Dei exemplo para ela das mulheres chefes de família. Ou cuidam ou provêm, e elas são obrigadas a cumprir os dois papéis. Mas elas podem deixar de prover para cuidar? Não podem, elas não têm essa opção.

Até saíram algumas coisas que eu falei na matéria. Mas a pauta na verdade era para enaltecer essa situação, enaltecer a mulher voltando ao papel de cuidadora, dentro de casa, do lar. Como se fosse preciso que as mulheres voltem para casa para exercer de fato seu papel.

E você pensa que essa abordagem por parte da imprensa poderia melhorar? De que forma?

Eu acho que poderia melhorar. Por exemplo, essa coisa da mercantilização do corpo que se vê constantemente. Se a gente pudesse reconstruir a ideia do próprio papel da mulher, desconstruir os mitos. A imprensa acaba reafirmando essas questões e acho que teria um papel importantíssimo se colaborasse para desconstruir toda essa realidade de opressão e exploração que nós vivemos, porque a mídia incide sobre o pensamento e esse pensamento incide sobre o olhar no mundo, sobre seu lugar nesse mundo. E essa mudança poderia colaborar no sentido de construir novas relações incidindo sobre a desigualdade de gênero. Não digo que acabaria com ela, mas ajudaria muito.

Hoje a gente tem muito cuidado ao dar entrevista. Nós, do Fórum, sempre nos comunicamos antes, para saber se alguém conhece a repórter, se realmente vai sair alguma coisa. Porque já aconteceu, por exemplo, de dar entrevista e sair uma coisa totalmente ao contrário.

Eu não sou da área da Comunicação, mas fui muito amiga de jornalistas na década de 80, 90, e naquela época era um trabalho de muita investigação. Era como se eles fossem detetives, iam atrás, pegavam esse processo das contradições, colocavam essa realidade, quebravam um pouco as normas. Mas esse discurso de que a mídia é neutra, não existe.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Ah, sim. Muito. Eu acho que as consequências são nefastas, porque é um espaço onde não conseguimos nos inserir para dialogar com a sociedade. Penso nos meios de comunicação como um instrumento que poderia incidir sobre a consciência, um instrumento de emancipação humana. E os meios de comunicação nesse sistema não têm esse compromisso. Tanto que a esquerda de um modo geral sempre mantém seus meios de comunicação, e isso é estratégico. São meios muito pequenos, não dão conta, mas é um espaço importante.

Para mim, os meios de comunicação que servem ao sistema são contrários aos movimentos sociais. Eles servem mais para a criminalização dos movimentos sociais. Agora mesmo nessas últimas marchas, de 2013 e 2015, de lutas mais gerais da população, eu vi muito mais a mídia criminalizando e colaborando na formação de um pensamento contrário aos movimentos sociais. E, inclusive, construindo a ideia da não necessidade dos movimentos sociais. Não tenho ilusão nenhuma de que vão defender os movimentos sociais, mas pelo menos deveriam dizer que eles existem e qual o seu caminho, com honestidade intelectual. Mas é sempre uma perspectiva de criminalização. E aí colocam todo mundo no mesmo balaio e está tudo certo. São vagabundos, vândalos, etc.

Nesse sentido, as redes sociais podem funcionar como um contraponto ao que a imprensa hegemônica apresenta?

Nas redes sociais, a gente consegue colocar mais informações sobre o que é mesmo a nossa luta. Acho que é um espaço para isso. O que eu acho é que a gente ainda não sabe lidar com isso. São poucas as companheiras do movimento feminista que sabem lidar com essa realidade. Mas eu considero um mecanismo importante, porque traz novas situações. Você tem uma informação mais rápida também. Lógico que tem também muito do contraditório. E tem também muita desinformação e ignorância. É um espaço que se abre para as pessoas colocarem suas opiniões, pensamentos, subjetividades. E muitas vezes de forma até violenta. É muito ódio, tem umas coisas que eu não consigo nem ler.

Eu que sou mais velhinha tenho muita dificuldade com as redes sociais. Eu prefiro ler o jornal, mesmo sabendo que é da burguesia. Eu prefiro ler o jornal a ler uma página na rede social. Mas é um espaço que temos que aprender a utilizar.

Há também uma perspectiva das pessoas de acharem que a rede social vai fazer movimento, vai construir consciência, vai organizar por si só. Isso é um debate que a gente tem no movimento

feminista com as jovens. Por exemplo, temos um método de reunião no qual a gente lista as pessoas, liga, fala, senta junto para pensar a atividade, o objetivo final. E hoje querem fazer tudo isso pela internet ou pelo Whatsapp. Querem fazer mobilização para lutar pela internet, pelo Facebook.

Bom, é um espaço importante, mas tem pessoas que não têm acesso. E aí, no nosso ponto de vista de luta mais popular, essa massa não tem acesso total às redes. As pessoas ainda estão usando um celular lá que mal conseguem olhar o Whatsapp. A gente estava até conversando sobre isso e uma companheira perguntou “mas como é que vocês faziam mobilização antigamente?”, aí fiz um resgate das formas utilizadas no passado.

No 8 de Março, discutimos um pouco isso. Não podemos confiar só no Facebook, temos também que ligar para algumas pessoas. Sair e ir lá fazer uma reunião. Com as mulheres de periferia, por exemplo. Elas não têm tempo de ficar olhando o celular como outras de nós, e muitas vezes nem condições do ponto de vista do conhecimento para lidar com essa tecnologia. Existe uma grande parcela da população que está à margem desse avanço.

Penso que hoje o feminismo já não causa tanto medo assim, como no passado. E também não é um movimento do passado, segue atuante e tem atraído muitas jovens para essa luta. O que para mim é uma dificuldade é ver que parte dessas feministas não se colocam como militantes, ativistas. Existe uma dicotomia entre o se assumir feminista e o compromisso em construir o movimento feminista. A gente até se encontra, se reúne para realizar algumas ações, mas não se insere na organização de um movimento, o movimento feminista, que tem a responsabilidade de ser um movimento político que enfrenta a opressão de gênero, que elabora estratégias para transformar a realidade. Que assim busca acabar com patriarcado, com o racismo e com a heteronormatividade. Muitas vezes um cotidiano de movimento é o que faz a diferença. Cotidiano de movimento pressupõe que você pense aquela realidade, que elabore estratégia para mudança e ações para enfrentar aquela realidade.

Aí acho que tem uma coisa da militância mesmo, do compromisso. Porque isso dá trabalho. E eu acho que a própria tecnologia hoje às vezes atrapalha nesse sentido. É muito mais fácil digitar sua opinião e deixar ali do que organizar a luta para construir a transformação de uma realidade opressora. Isso dá trabalho. É muito difícil. Aí é preciso dedicação e compromisso.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Eu acho que tem sim diferença. Hoje, internacionalmente, a gente consegue ter muito mais espaço para debater e colocar as coisas do que no Brasil. Tem uma coisa que a gente aprendeu

ainda na época da ditadura que era assim. Para saber as notícias sobre a realidade brasileira, a gente lia os jornais internacionais, a gente ouvia as rádios internacionais. Porque eles colocavam muitas informações que a mídia daqui não colocava, já que de certa forma algumas eram coniventes e outras sofriam censura. E os próprios grupos iam passando essas informações uns para os outros.

Eu tenho dificuldade com inglês, sei um pouco de francês e leio bem o espanhol. E dá para ver que sai muito mais informações lá fora. Ano passado, na questão das mulheres, tivemos vários movimentos internacionais. Na Polônia, na Espanha, na Rússia. Agora, em Janeiro, nos Estados Unidos. Aqui não sai uma linha. Até porque quando vão falar do mundo os jornais daqui dão meia página. E nós também tivemos vários movimentos aqui que não ganhava espaço na imprensa tradicional, como exemplo a própria marcha contra o PL 5069 e contra o Cunha. Tivemos um acesso muito grande nas redes sociais, mas o que saía na grande imprensa? Quase nada! Parece que não estava acontecendo nada. Já lá fora, aparecia a ação das mulheres do Brasil. Então é um processo cruel, de invisibilizar mesmo, até porque a conjuntura para um golpe necessitava dessa realidade.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

As estratégias adotadas são os nossos próprios materiais, não tem jeito. Por isso que eu falo que é fundamental a organização. As reuniões com as mulheres, o diálogo com elas. Temos jornalzinho, página nas redes sociais, mas também vamos até as mulheres, levamos textos de estudo, informação, fazemos análise de conjuntura. Até porque nós não temos dinheiro, né? Aí buscamos alternativas para que a informação chegue às mulheres com nossos materiais.

Com essa questão da reforma da previdência, por exemplo, tem muitos grupos de mulheres indo dialogarem com as mulheres nos bairros. Porque não se consegue furar esse cerco se não for desse jeito. E no Espírito Santo então a situação é pior ainda, porque pelo menos no Fórum de Mulheres nós fazemos um enfrentamento ao atual governo. O governo do Paulo Hartung tem uma perspectiva de política familista, onde o papel da família passa a ser revigorado à medida que aumenta a crença difundida pelo discurso neoliberal, da impossibilidade e inoperância do Estado como provedor de bem estar, e reafirma a ideia das possibilidades do mercado. E isso ignora que nessa relação familiar tem também várias realidades de opressões. E isso faz com que se mantenha a opressão, em vez de desconstruir ou colocar a mulher como sujeita da sua própria vida e das suas decisões.

O atual governo também tem uma perspectiva de política assistencialista. Não é uma política pública transformadora. Por exemplo, nós estamos nos conselhos estaduais, mas estamos nesse

mecanismo de controle social para fazer enfrentamento e não para ser conivente. E, às vezes, também, para ter acesso às informações que não conseguiríamos enquanto movimento. Como o conselho de mulheres é um mecanismo de controle social, e nossa legislação permite, eles são obrigados a repassar as informações. Então, na análise da realidade, isso contribui para montar as estratégias de enfrentamento com muito mais segurança.

O Fórum sobrevive com os nossos recursos, com o que a gente busca de finanças, mas a gente não capta recurso de governo nenhum para não ficarmos amarradas no processo de crítica. E crítica essa que tem que ser fundamentada e sem amarras.

Em muitas situações, somos até ouvidas, mas nossa voz não é colocada porque ela traz esse contraditório. Ela traz uma avaliação mais real. No ano passado, aconteceu isso. Uma rede de TV Nacional fez um especial sobre violência contra a mulher e vieram aqui. E aí ouviram a UFES através de uma professora. Ouviram todos os representantes governamentais. E acabou chegando ao Fórum de Mulheres. Aí a jornalista me falou: “gente, mas pela fala das pessoas daqui está tudo uma maravilha neste estado”.

Ela fez um monte de pergunta e eu fui respondendo desconstruindo inclusive esse discurso de que estava tudo uma maravilha. Pergunta se saiu alguma coisa? Nada, nada, nada. A maioria das falas que apareceram na matéria foi só fala do governo. Aí eu acho que deve ter tido verba orçamentária do governo nessa matéria. Então, por conta de coisas como essa, é que a gente encontra muita dificuldade em se inserir na mídia. Nesse ponto as redes sociais ajudam, mas não podemos só ficar nisso.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

